

## Da Estupidez. Posfácios a uma semiologia da Obra vivida de Sílvio Lima

Paulo Archer de Carvalho<sup>1</sup>

**Resumo:** Revisitando anteriores investigações, busca-se apreender uma semiologia da obra de Sílvio Lima (1904-1993), um dos mais inovadores psicólogos, ensaístas e filósofos portugueses. De facto, não se trata de uma revisitação, senão de uma reflexão: sobre o significado profundo da sua livre acção pedagógica, psicológica, filosófica. O mundo dual aparentemente irreduzível da ditadura salazarista e do seu Estado Novo e da corajosa mas limitada oposição comunista, não permitia notoriedade para quem ousasse situar-se num outro plano, tal como Jorge de Sena, Casais Monteiro ou Eduardo Lourenço se situaram, cuja dificuldade topográfica decorria de ser um plano sobranceiro às duas coroas da moeda corrente do discurso intolerante da verdade absoluta.

**Palavras Chave:** Estupidez. Intelligentsia. Estado Novo. Ensino Universitário.

**Abstract:** Revisiting previous research, we try to grasp the semiotics of the Sílvio Lima's (1904-1993) lived Work, one of the most relevant and innovative Portuguese psychologist and essayist thinkers. In fact, it is not revisiting, but a reflection: on the profound meaning of its free educational, psychological, philosophical action. In the seemingly irreducible dual world of Salazar dictatorship and its New State and brave but limited communist opposition, did not allow notoriety to anyone who dared to lie on another plane, as Jorge de Sena, Casais Monteiro or Eduardo Lourenço stood, whose difficulty topographic stemmed from being a flat overlooking the two crowns currency of intolerant discourse of absolute truth.

**Keywords:** Stupidity. Intelligentsia. Portugal's 'New State'. University schools system.

*“Duas coisas são infinitas: o universo e a estupidez humana. Quanto ao universo não tenho a certeza.”*

Albert Einstein

*“O ofício dos filósofos é serem protestantes e tudo revocar em dúvida”*

Joaquim de Carvalho, 1933

*“Mas para que se arrasta tanto o idealista, indo ao ponto de entregar ao fio da guilhotina a própria cabeça ?” (...) O idealismo é sempre prospectivo; mais do que o clarão projectado no círculo restrito que tocam os nossos pés o idealismo pretende ser o luminoso farol do futuro erguido muito ao alto sobre as escarpas onde as ondas marram, como toiros furiosos.”*

Sílvio Lima, 1936

*“Quando o futuro quiser saber o que se passou neste tempo, a História há-de dizer coisas de arrepiar os cabelos. Matanças, campos de concentração, o espezinamento metódico de tudo o que era limpo e tinha uma significação luminosa. Mas nada disto dará uma pálida ideia do que foi a tragédia de viver agora. Um escarro na cara não tem expressão. Sente-se.”*

Miguel Torga, Coimbra, 18 de Maio de 1945

*“Os que sofreram os «tempos» de Salazar estavam dentro deles. Raros foram os que, de armas na mão ou repulsa activa, o combateram ou fugiram dele.”*

Eduardo Lourenço, 1999

---

<sup>1</sup>. Investigador do Centro de Estudos Interdisciplinares do Século XX da Universidade de Coimbra – Ceis20. Bolseiro *post doct* pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia – FCT.

## I (Entrar para abrir)

Walter Benjamin, o filósofo Judeu que na Alemanha experienciou no *limes* existencial a (*in*)narrável história do século XX e que almejava Portugal como porta de saída da tragédia à qual não logrou escapar, pensara publicar um *Livro das citações* como a mais original das obras. No entanto, o livro não teria em si qualquer originalidade, porque as citações nada têm de original, são escritas *em segunda mão*, se for permitida a expressão absurda (contudo exacta). Seria a sua articulação, a conjugação de diversas vozes, que permitiria criar uma unidade *ex novo*, isto é, algo que seria já portador da ideia original: procurar um discurso coerente da mesmidade em articulação com a alteridade e a *dis-paridade* de múltiplos sons provindos de alógenas vozes.

Tal radica, pensamos, na ideia de *polis*, comunidade, na qual Sócrates, o Grego, vira o nascimento da razão: o *incomum* só se pode encontrar na raiz do *comum*. Ora, a essa articulação entre sons singulares, por vezes audíveis, e as longas polifonias e disfonias da temporalidade, a que chamava Michel de Certeau os *incertos movimentos* de vozes, quando a vozaria individualista não os submerge, designamos História, sobretudo atida no campo analítico das representações ou das ideias.

Quer isto dizer que do hipotético livro das citações ou doutros livros imaginários (que José Saramago, por exemplo, utilizara em epitáfios dos seus próprios), ou do real *Liber Mundi* (no qual mundo leram Descartes e Espinosa) que a cultura europeia assimilou na Grécia antiga e que a tradição Omíada semeou no chão ibérico, se optou por retirar as interrogações que encimam esta nota introdutória à dissertação e que orientou parte das preocupações da investigação cujos resultados agora se reverificam. Poder-se-á reformular a questão doutro modo: *porque são os seres* (nós, os que habitamos o nosso tempo) *individual ou colectivamente tomados, em períodos históricos críticos, tão «estúpidos»?*

É a questão fundamental que Albert Einstein, cujo pensamento científico é referência para ensaístas portugueses na década de 1930, como António Sérgio ou Sílvio Lima, colocava como in-decifração à linguagem físico-matemática – e que há um século tentou resolver. Também a questão se coloca a uma outra linguagem, inscrita no *discurso antropológico* e na reflexão sobre a narrativa histórica, que permanece irresolúvel, na Era da revolução comunicativa, do triunfo da *tekné*, da mundialização.

Contudo, o mundo não conseguiu nem consegue solucionar, as mais elementares dificuldades do real, como sejam a observância planetária dos direitos humanos, a começar pelo direito a viver e a viver sem fome, sem ignorância, sem escuridão, ou sem impostas verdades misteriosamente reveladas. “Ainda não chegámos a compreender a coexistência no tempo e no espaço” escrevia G. Steiner, “do supérfluo ocidental e da fome, da privação e da mortalidade infantil, que actualmente governam três quintas partes da humanidade”<sup>2</sup>. Quase três décadas depois, pouco se reverteu a situação dramática nos excluídos, em si mesmos, da *sua* humanidade. Os mais recentes episódios, chocantes ou fracturantes para a «boa» consciência europeia, do novo e horroroso Êxodo dos deserdados da Paz e do Pão, ilustram-no à saciedade. Nem se encontraram na história, a ciceriana «mestra da vida», quaisquer respostas perceptíveis para este problema. Ele permanece, a despeito da paralaxe de Cícero. A reacção ao universal direito à existência, torna-o opaco. Nem o genial físico chegou a resolver o enigma que suscitou quando em Hiroshima e Nagasáki deflagrou, sob a artificial luz da morte, a destruição (o germe de uma

---

<sup>2</sup> STEINER, GEORGE, *Grammars of creation: originating in the Gifford lectures of 1990*, trad. de SERRAS PEREIRA, MIGUEL, *Gramáticas da criação*, Lisboa, Relógio d'Água, Antropos, 2002, I, 15.

destruição total) que, inconscientemente, ele ajudara a criar. É lícito, pois, compreender a interrogação de Einstein como uma confissão impotente: *porque não utilizamos* os recursos do conhecimento socialmente disponíveis para vencer a estupidez, para racionalizar a vida, para a tornar em lugar e tempo de possibilidade no mundo, *do mundo?* E, em vez disso ignoramos a necessidade consciente de estabelecer uma «heurística do medo»<sup>3</sup>, de um medo não ficcional no sentido espinosiano<sup>4</sup>, face ao avanço de um «outro» mundo tecnologicamente incontrolável, isto é, politicamente incontrolável face à avassaladora civilização tecnológica? Vejamos.

## II

Se é certo (como Foucault e Baudrillard evidenciaram) que, à escala do Cosmo, o homem é *invenção demasiado recente*, ou uma ontologia resumida, de igual modo se certifica que o tempo mais recente é o mais difícil de entender historiograficamente porque o *jogo da história* tem o resultado incerto e a velha «batota» do historiador (que conhece previamente alguns dos resultados) ainda se apresenta problemática. É a longa permanência da consciência herodotoniana da História, reforçada pela tradição humanista (neste ponto iluminista e romântica) que filia a actualidade, o existente, na virtualidade do passado, ou seja, que reestrutura uma visão segundo a qual o *virtual* se converteria no *actual*. Há sempre a convicção de que *o rio heraclítico do Tempo*, expressão tão cara a Sílvio Lima, depois de cruzar a História (ou a «essência» de uma razão histórica) desagua em nós, no presente<sup>5</sup>.

Mas agora o programa que se assinala ao pensamento é mesmo o de regressar ao real, indo do Sujeito, porque a sociedade informatizada se converteu num *virtual* anonimato, inominado – situamo-nos colectivamente além de acontecimentos que, porventura, podem não ter ocorrido no espaço ou no tempo com a configuração que se pensou ter ou nos precisos aspectos que se pensa mostrar ou demonstrar<sup>6</sup>. Vê-se que o rio heraclítico está inquinado por essa poluição do mundo que é a constante (e crescente) banalização do mal, como, com espírito agudo, Hannah Arendt (pre)sentiu nos desvalimentos da História do século XX convertida em depuração e inominável expiação. Mas quem não sente, seja por um momento, a necessidade e desejo de ficar *inexperiente do mal*, como o sábio poeta Empédocles propusera no mundo clássico<sup>7</sup>?

Friedrich Nietzsche denunciou no final do século XIX, nas *Intempestivas*, o cerco montado pela história à contemporaneidade, a obsessão historicista, o «excesso de história», a busca genesiaca do princípio dos princípios, na H Pergunte-se agora: se é certo que o conhecimento «informativo» tende a substituir o conhecimento histórico à medida que se dá o «eclipse messiânico» ou *eclipse teológico*, então, a aproximação a um tempo que se foi vazando de expectativa enquanto “inferência de ordem transcendente”<sup>8</sup>, o que constitui o paradigma e a mundividência do século XX, torna-se num facto primordial? Doutro modo, como explicar as guerras e as depurações

<sup>3</sup> JONAS, HANS, *The imperative of responsibility*, Chicago, University of Chicago Press, 1984, 27.

<sup>4</sup> Cf. ESPINOSA, BENTO, *Tratado da reforma do entendimento*, ed. bilingue, Lisboa, Edições 70, 1987, §56, 54.

<sup>5</sup> Cf. a II das “Teses sobre filosofia da história” (1940) de BENJAMIN, WALTER, n *Sobre arte, técnica, linguagem e política*, int. de TH. ADORNO e trad. de MANUEL ALBERTO, Lisboa, Relógio d’Água, 1992; 158. Cf., para uma delimitação de sentido, PRADO COELHO, EDUARDO (1944-2007), *Situações de infinito*, Porto, Campo das Letras, Campo da Filosofia, 2004; 149-152, na recepção do estudo de CANTINHO, MARIA JOÃO, *O Anjo melancólico – Ensaio sobre o conceito de alegoria na obra de Walter Benjamin*.

<sup>6</sup> Cf. BAUDRILLARD, JEAN, *The vital illusion*, trad. cast. de JIMÉNEZ RIOJA, A-, *La ilusión vital*, Madrid, Sigloveintiuno, 2002; 44.

<sup>7</sup> EMPÉDOCLES, *Purificações*, frag. 112 Diels, tradução de ROCHA PEREIRA, MARIA HELENA DA, *Hélade. Antologia da cultura grega*, Coimbra, 1971, <sup>3a</sup>, 206.

<sup>8</sup> STEINER, G., *Gramáticas da criação, op. cit.*, I, 17.

genocidas que ocorrem 50, 60, 70 anos *após* Auschwitz? Ora, o vazio informativo que resulta do aleatório, da dispersão interpretativa, do excesso de informação circulante e da superabundância de oferta de produtos «culturais», só pode ser preenchido com a indagação do significado histórico. Por outras palavras, o *trans*-histórico (que também é o *transitório*) ou o *metahistórico*, para utilizar o denso sentido de Hayden White, apenas se podem resolver pela mediação do saber indagado na história. A «informação» só faz sentido na sua historicidade, isto é, na própria temporalidade da leitura historiográfica. Por isso, *saturados de informação*, teremos de voltar à História, contrariando Nietzsche. E faz todo o sentido reler a perspectiva teórica da História que Sílvio Lima desenvolveu, pioneiro do seu ensino entre nós.

Ora, abstrair da denúncia da «estupidez» humana, um limite da razão que sabiamente Sócrates admitira em si mesmo como *apaideusia* (*Górgias*, 527 d-e), é ainda admitir que metaforicamente a estupidez seja infinita, tomada como perspectiva a partir da qual a história é reconhecível, o que comporta o perigo de se supor que há uma outra e subtérrea história da «humana inteligência». Também há; é a mesma ou temporalmente *presentificada* naquela. Parece que se encaminha a antinomia numa mesma ordem de grandeza, quanto mais inteligência, mais estupidez. Diríamos, mas não há como comprovar, que se esboça uma qualquer proporcionalidade correlacional, ao contrário do que propunha a expectativa salvífica, o perfectibilismo cientista, que hegemonizou a cultura europeia na segunda metade do séc. XIX e que no séc. XX implodiu, abrindo abismos de ódio e crateras de guerras, como (pelo que se sabe de guerras nos últimos trinta séculos), nunca existiram no Mundo. Por isso, faz todo o sentido ler hoje o pacifismo de Sílvio Lima, corajoso no meio da clareira das guerras (civil espanhola, II mundial) a exultar publicamente os ideais da paz, enquanto Salazar, que o expulsara do ensino universitário em 1935, o quer pessoalmente silenciar.

O carácter adventício da Modernidade, nas suas tópicas bipartições (Habermas), deveria contemplar, por serem operativos, os conceitos de «estupidez» e de «inteligência», não como a constituição de uma antropologia primária ou mesmo de uma ontologia nula (ou negativa), o que seria teoricamente inqualificável (e essa separação impossível<sup>9</sup>), mas como uma bipartição da história das representações. Donde se exclui qualquer entificação ou ontologização de regiões, «nações», «povos», «dirigentes» estúpidos ou inteligentes, destinados ou predestinados. O que se significa é a *identificação* de «sistemas», «regimes» de dominação que se *alimentam* de estupidez tanto quanto a *impõem*, sob a forma radical de interdição radical, da fome, da ignorância, da pobreza, da privação, da escravatura, branca, preta, amarela, sexual, toxicodependente, informaticodependente, teledependente. Em todos estes enunciados circulam, catalogados como «cultura» e «saber», imposições e enunciados da ignorância. Essa a denúncia daqueles que, seguindo pedagogia mais feliz, procuram na livre actividade do *cogito* e do *raisonner* o seu destino, no sentido que Sérgio e a geração da *Seara Nova*, na qual Sílvio Lima, mais novo, se enquadrará, propunham para a sociedade portuguesa: a negação do *reino Cadaveroso da Estupidez*. Mas como Schiller um dia escreveu, em intensidade clássica e pagã que é difícil evocar e Eduardo Lourenço com notável perspicácia o fez, “contra a estupidez os próprios deuses são impotentes”<sup>10</sup>. Assim, faz todo o sentido reler as propostas de revisitação

---

<sup>9</sup> Seria nesse sentido de uma antropologia *primária* que GONÇALVES CEREJEIRA, M., escrevia em a *Igreja e o Pensamento Contemporâneo* (Coimbra Editora, 1930, 305): “Hoje em dia nos meios universitários a profissão de anticlericalismo equivale em regra a uma afirmação de estupidez”, asserção que provocou muito dura resposta a Sílvio Lima em nome da *libertas philosophandi* que os aparelhos públicos e a mentalidade de vigilância imperante meticulosamente começavam a estrangular.

<sup>10</sup> LOURENÇO, EDUARDO, *Destroços. O Gibão de Mestre Gil & Outros Ensaio*s, Lisboa, Gradiva, 2004, 188.

de uma racionalidade pática, pascaliana, de Sílvio Lima, como fundamento do pioneiro debate epistemológico que suscitou na portuguesa República das Letras.

### III

Um filósofo inglês, famoso antes da hecatombe em que a II Guerra Mundial se traduziu e sobretudo durante a época das ruínas e da esperança da reconstrução que se lhe seguiu, pensara como paradoxo fundamental do século XX o facto de serem *estúpidos* os que arvoravam certezas, enquanto espíritos imaginativos e inteligentes se debatiam em dúvidas e indecisões. B. Russell, a cuja obra, sob vários prismas, é possível aproximar a de Sílvio Lima (tenacidade do ideal emancipador da liberdade, intento racionalista e idealista, laicismo, pacifismo), num texto célebre afirmava que “o ódio à inteligência é um dos grandes perigos do mundo hodierno”<sup>11</sup>. Sobretudo quando esse ódio se instala como regra em parte da *intelligentsia*, a universitária, porque, refere Bermejo Barrera num artigo notável, as instituições universitárias “costumam considerar-se a si mesmas mais sábias, ou mais inteligentes, do que as demais, devido precisamente a serem os universitários, ou deveriam ser, os especialistas na criação e transmissão do conhecimento”<sup>12</sup>.

São, portanto, a «estupidez» e a «inteligência» e não apenas as metáforas da Sombra e da Luz, que vindas da caverna de Platão, obscurecem e iluminam, cada uma à maneira da sua radical totalização, o pensamento europeu contemporâneo. Diga-se que a excessividade da luz produz zonas de obscuridade – e ela própria é ofuscante (disso se aperceberam Schopenhauer e Nietzsche, antes de todos). Mas a sombra é obscura, por sua natureza. Nesse aspecto também Friedrich Nietzsche tinha razão e Jorge Luís Borges na *História universal da Infâmia*: não era já do aristotélico “animal político”, ou do pré-socrático “animal que fala” a quem se referiam. Antes queriam narrar o “animal metafísico”, “animal dotado de linguagem”, o único animal que se alimenta de metafísica. Embora se reconheça, sobretudo desde a época em que se que se compram jornais na extra-ordinária *Tabacaria* de Pessoa-Campos, que a metafísica passa por grandes dificuldades. Por isso, talvez um aditamento seja necessário fazer: do único animal que se alimenta de expectativas. Dentre delas, a de um dia se *nutrir* de pura filosofia, arte, Poesia, revisitando o velho sonho do equilíbrio livre de Saint-Simon e de Fourier, que a historicidade do bárbaro curso da autodestruição utópica no século XX não conseguiu quebrar. Esse era o *animal* que Sílvio Lima estudou, na sua dimensão psicológica, mormente na memória e reconhecimento; mas também na dimensão da normalidade, abnormalidade e divergência somática; e estudou-o na sua ética e na sua incerteza racional; estudou-o na sua sede de certificar um absoluto e a na fragilidade da sua falência.

E esse é o problema evidenciado pelos estudos que fui desenvolvendo antes e após a apresentação da dissertação<sup>13</sup>, no que tem a ver com a «aposta» fundamental da filosofia que Sílvio Lima estruturou.. Permita-se a alegoria reatualizando o sentido do *pari* pascaliano, jogado, no entanto, com a antiga moeda da aurora grega que circulava, e circula, na *oekonomia* dos saberes: cara ou coroa. A «cara» é a do *lógos*, é a clara face do *raisonner* do veio filosófico da Modernidade europeia, que interroga persistentemente o *mythos*; e, ao invés, a «coroa» da moeda é a da heráldica enigmática do mito que, indefeso ou indefensável no campo racional, expulsa,

<sup>11</sup> RUSSELL, BERTRAND, *A última oportunidade do homem*, Lisboa, Guimarães Editores, 2001 <sup>4</sup>, 177.

<sup>12</sup> BERMEJO BARRERA, J. C., «La traición de los Profesores y la pérdida de la dignidad académica», *Revista de História das Ideias*, vol. 29, IHTI-FLUC, 2008, 749: “suelen considerarse a sí mismas más sabias, o más inteligentes, que las demás, debido precisamente a que los universitarios son, o deberían ser, los especialistas en la creación y la transmisión del conocimiento”.

<sup>13</sup> ARCHER DE CARVALHO, P., *Sílvio Lima. Um místico da razão crítica*, Coimbra, FLUC, pol., 2009.

excomunga ou segrega o *lógos* da centralidade das preocupações intelectuais substantivas.

Em suma, é também sobre as mutações, tensões e interrelações da *intelligentsia* que falamos – palavra que no século XX e no contexto da emergente sociedade de massas tentava situar, pela adversativa em relação ao vulgo, a elite intelectual, à partida a si mesma autenticada como não ignorante e não-estúpida: A própria proposição do conceito de *intelligentsia*, não estritamente no sentido das elites intelectuais, dos produtores de cultura, da arte ou da ciência, mas mormente no sentido de *clique* fechada sobre o mundo exterior, de um hermetismo secular ou milenarmente cultivado, nos ajuda a compreender, pela negativa, a proposição do conceito de «estupidez». Como se percebe, e basta estudar o século XX em grelha mais apertada, a *intelligentsia*, sobretudo por se supor e se pensar «inteligente», é capaz de produzir tanta massa de estupidez quanto a ignorância dos oficialmente ignorantes ou a essa condição condenados.

#### IV

Foram estas relações perspectivadas no conjunto da sociedade portuguesa, que os meus estudos objectivaram, inscritos num tempo médio (1925-1975) sem o qual seria inapreensível o trabalho clarificador do filósofo. Embora se perceba o que haja de impreciso, decorrente da exigência analítica, na fixação em rígidas balizas da temporalidade fluxível, na expressão tão rigorosa de Sílvio Lima, que não flutuante: o primeiro prumo cronológico assinala as iniciais produções poéticas com alguma consistência do jovem estudante; o derradeiro assinala o ano em que, alquebrado pela vida, mas sem existencial exasperação, Sílvio Lima reentra postumamente na «sua» Faculdade de Letras de Coimbra, sem, no entanto, mais nela poder intervir, ensinar, ensaiar. É reintegrado a 11 de Abril de 1975 como Professor Catedrático da Universidade de Coimbra, com diuturnidade, aposentado, por despacho (nos termos do decreto-lei nº 173.174) de José Emílio da Silva, ministro da Educação e Cultura do IV Governo provisório. A República, não refundada mas verdadeiramente fundada a Democracia a 25 de Abril de 1974, postumamente vem autenticar o sentido de uma vida e a intencionalidade de uma obra, conferindo legibilidade à sua expulsão em 1935, à «reintegração vigiada» de 1942, à sua humilhante estagnação. Tanto tardou o despacho, quanto tardou a liberdade: o professor adquire o *munus* professoral da cátedra, contudo não mais será professor. Já não o era fazia dez anos.

Absurdo existencial que só a suma correcção de Sílvio Lima, no claro circuito da vida que percorreu, do *oikos* à *ágora* e ao bosque de *Akademos*, mantendo a atitude ética que ilumina a sua vida, permitiria considerar apenas um “paradoxo burocrático”.

Mas não era só burocrático. Era o paradoxo fundamental de uma sociedade dissecada entre cidades e campos, desenvolvimento e subdesenvolvimento, acesso e exclusão aos fundamentais bens da vida – entre os quais a formação e a educação – tal como no último século comumente se entendeu (o pão, o artefacto, a máquina, o livro, a escola, o hospital) e na qual se construíram barricadas de violência e de censura policial, como acontece com os regimes autocráticos e totalitários, as ditaduras contemporâneas enxertadas de ditadores pré-modernos, que suprimem a básica *respiração* do ser, que é o pensar, o dizer e o agir ou, simplesmente, que suprimem qualquer respiração sob pretexto dalguns terem pensado, dito, feito.

A ideia de totalização inexpugnável habita, assim, no interior da falsa fortaleza do poder. Desmontar a ambiguidade fundamental dessa fortaleza transformada em realidade fora a motivação profunda das investigações de um intelectual, que, por esse único motivo, foi atirado para a dissensão, quando

autonomamente procurava abrir novos caminhos na mente. Dissidente não porque a si próprio se antevisse, à maneira épica e revolucionária, à *frente* ou *antes do tempo*, nem porque a si se contemplasse, à maneira romântica, narcísica e contestatária, arrastado pelas vielas do tempo e por ele *maldito*. Dissidente porque se limitou a assinalar o seu encontro com a temporalidade do mundo e o seu desencontro com a anacronia, serôdia e pré-moderna, do ensino, da sociedade, dos poderes e das mentalidades que hegemonizavam a sociedade portuguesa.

Apenas isso era, na extemporânea *dianóia* que a ditadura produzia, como propaganda, instrução e vivência, o mais impossível dos sonhos. Ele próprio amiúde tomou consciência do facto: “ou será colando nas costas dos *anticlericais*, o cartaz degradante da estupidez”, escrevia na polémica pública com o cardeal Cerejeira e o cónego Salgueiro, “que o Autor julga demonstrar a verdade do seu credo?”. Mas Sílvio Lima via mais longe, interrogando: “a estupidez não será um fenómeno que, dentro do cosmos, se compreende tão bem *sub specie aeternitatis* como a genialidade e tão involuntário como ela?”<sup>14</sup>. Expressão do humanista enxertado no século XX, que bem sintetiza as venturas e desventuras numa obra enredada na própria vida e enlaçada numa sociedade onde não faltara o sabido rigor e repressão contra-reformistas, agora açambarcados pelo Estado ao mesmo tempo que a defesa dos cultos também passava a «função do Estado» Novo e já agora, também este passou a *sacar letras sobre a eternidade*<sup>15</sup>, como muito bem viu Agostinho da Silva.

Essa era a sua perspectiva, mais solitária e inorgânica do que se tem julgado ou apregoado, da *missão do intelectual*, numa época – o primeiro estudo de fôlego de Sílvio Lima é equivo da célebre *Trahison des Clercs* (1927), de Julian Benda – na qual de todos os quadrantes se assinalava ser o papel dos sábios a criação da felicidade, em sub-rogação daqueles que a prometiam para outro mundo, para outro tempo ou para parte nenhuma, como tragicamente se constatou. E a sua própria missão, na perspectiva de Sílvio Lima, repita-se, era a de habitar o seu tempo histórico e não a mítica epopeia, mais ou menos congelada, mais ou menos autofabricada, de um Passado que nunca mais passava ou a vertiginosa e voraz alegoria de um Futuro que afinal nunca mais chegou (nem poderia chegar, como catálogo de uma vontade presentificada de poder).

A sua tarefa, na lúcida visão de um professor que gostava de pensar, era a de escrever a *história de um pensamento que se procura*<sup>16</sup>. Por pensar e procurar com autenticidade, e examinar, na livre legislação do seu pensamento, a fonte racional e o veículo de *auto-nomia*, de autorregulação, indagara os possíveis filamentos da racionalidade para um colectivo caminho da *ελευθερία*, ou seja, da Eleutéria. Mas não o pôde ser em plenitude: nem professor, porque proscrito, nem pensador, porque pouco mais do que ignorado, habitando numa espécie de limbo, misto de águas furtadas, da Faculdade. O legislador, judicator, executor público – que se arrogava ao direito de «pensar» por todos, ao mesmo tempo que fabricava a iconologia de um tempo esquizóide (Eduardo Lourenço) entre ruídos vitoriosos e nulificadores construídos dos silêncios ensurdecadores, impediu ou limitou em Sílvio Lima o *munus*, com a violência mais gratuita que se pode exercer sobre um intelectual: silenciando-o com actos administrativos; tentando-o apagar na sua própria mente.

Montaigne (que deve ser lido num jardim, de preferência público, se o houver, meditado em passeio, respirado passo a passo) descreve nos *Essais* («Da consciência»)

---

<sup>14</sup> LIMA, SÍLVIO, *Notas críticas ao Livro do Sr. Cardeal Gonçalves Cerejeira «A Igreja e o Pensamento Contemporâneo»* (Coimbra, 1930, 1931<sup>2</sup>), *OC*, Lisboa, F. C. Gulbenkian, 2002, vol. I, 390.

<sup>15</sup> Em sentido extensivo e analógico, para todo o tradicionalismo: DA SILVA, AGOSTINHO *Reflexão à Margem da literatura portuguesa*, Lisboa, Guimarães, 1996 4<sup>a</sup>, 129.

<sup>16</sup> LIMA, SÍLVIO, *Ensaio sobre a essência do ensaio* (Coimbra, 1944), *OC*, II, 1303.

o suplício, pois “para não o matardes sem motivo justificado, fazeis com ele experiências piores do que a morte”.

A ditadura, profissão, ofício e edifício prisional fabricado constitucionalmente por Salazar, basicamente construiu-se a partir deste tipo de *experiências*, cuja arqueologia social ou individual a contemporânea historiografia portuguesa e internacional tem atentamente estudado, evidenciando agora, em consenso muito generalizado, muitos dos aspectos que a ideologia e a propaganda salazarista oficialmente recalçavam: a exclusão e o subdesenvolvimento estrutural do país, a repressão «bipolar» entre longas crises agudas e violentas e curtos ciclos de «tolerância vigiada», o desastroso sistema de ensino que gerava a ilusão filológica do saber elitista e a prática ignorância pública, a menoridade cívica, o esmagamento da liberdade, nas suas ínfimas formas e condições, a anulação da cidadania. Jurista reputado na cátedra de Coimbra e teólogo falhado no seminário de Viseu, o ditador tivera primícias de escrever como Vieira, mas ao contrário do profeta do impossível (que odiando prisões, menos as do Futuro, várias vezes se esgueirara aos esbirros do Santo Ofício), Salazar – um homem que na sala dos Capelos de Coimbra tivera momentos de glória – só achou escrever com a caneta do Poder, uma caneta que riscava, proibia, algemava escritas e pessoas, os *outros*.

Dalgum modo, Salazar foi o exemplo mais absurdo de um intelectual jacobino, intolerante mesmo no seu antijacobinismo: obcecado pela salvação pública, tornava por dentro a República um regime autoritário, inflexível e *a-crónico*, a ponto de a destituir ou de lhe destituir qualquer eficácia cívica. É indesmentível que tenha sido um «intelectual», por mais que isso repugne à meridiana consciência democrática: mas esse era mesmo o pretexto para *supor que pensava por todos* e que todos lhe deveriam estar gratos por um belo dia ter suposto (ou pensado) isso. Ao consumir, em nome do nacionalismo, mais de quatro décadas da história portuguesa e, em nome da defesa da pátria e do império, milhares de vidas dos concidadãos, converteu, ao longo da vida, essa suposição na missão providencial e em *ditatologia da repressão* ou a repressão em ciência experimental. Agia não como um desenraizado, mas como alguém que acredita na «profilaxia» da censura contra o pecado, da «exemplaridade» da prisão e da morte, contra o erro e o «perigo». Durante décadas só se ouvia falar<sup>17</sup> oficialmente, na rádio, no jornal, na Legião, na Pide, na escola, do «senhor Professor». Esta circunstância conferia a Salazar a aparência de ser algo mais do que um vulgar ditador contemporâneo (na época em que medravam como cogumelos selvagens em qualquer bosque europeu) e não poucos jornalistas ou

---

<sup>17</sup> Esse aspecto explicará a longa permanência, ou reprodução, de um dos princípios constitutivos da sociedade portuguesa, fundada no princípio sagrado do «*ouvi dizer*», prática arcaica, anterior à vulgarização da escrita, sem dúvida impulsionada e retomada pelas devassas inquisitoriais, desde o século XVI, e pastorais; e depois, no século XVIII, pelas *moscas* de Pina Manique, e pelos bufos que se lhe seguiram, reforçada, em qualquer caso, pela confissão auricular secreta quando (in)devidamente escutada por outrem.

Contudo, no específico contexto político do salazarismo, o princípio, incriminatório ou delatatório, do «*ouvi dizer*» pensamos abarcar as seguintes situações semióticas: 1) expressão directamente utilizada pelos delatores; 2) expressão utilizada indirectamente pelo agente policial que recebe a mensagem e a relata; 3) expressão utilizada muito indirectamente pelo superior hierárquico policial que transmite a mensagem, sob forma de relatório 4) expressão utilizada indirectamente (mediatamente) pelo ministro do interior, utilizada sob forma de ofício 5) expressão utilizada directamente (constitucionalmente) pelo presidente do conselho de ministros; sob forma de projecto-lei 6) expressão utilizada por ignorantes e analfabetos, e portanto, impossibilitados de ler e de escrever 7) expressão utilizada nas aldeias, maioritariamente analfabetizadas, e pelos mesmos motivos incapazes de ler e de escrever. 8) No contexto universitário o princípio do «*ouvi dizer*» enraíza-se, antes de mais, nas lições magistrais e nas notas apressadas de sebenteiros 9) depois, é determinante nas relações profissionais entre colegas, reitores e demais agentes da Autoridade universitária. Agradecemos a Roger Chartier essa sugestão teórica de uma (semiótica) Ordem dos livros que aqui se metamorfoseia numa ordem dos ditos.

escritores da extrema-direita e da direita o salientaram (será famoso Paul Valéry, mas já Miguel de Unamuno, um velho sábio amante da liberdade, o havia notado): Mussolini, panfletário e jornalista, embora redigisse (ou assinasse) artigos teóricos para a *Enciclopédia* fascista, não era de todo um acadêmico; Hitler escrevia mal e supunha que desenhava bem, o que se contesta, até me provarem esteticamente o contrário (embora na Estética, o regime de prova se funde no improvável gosto); e Franco era rudimentar nas suas aptidões sociocognitivas, como se sabe, vulgarmente um «bronco». Ser professor, era, portanto, uma mais-valia para Salazar. Não só era professor de Finanças, era professor de Ditadura, de Moral, de Família (que não constituiu), de Economia Política e Pai da Pátria formalmente republicana e da Nação essencialista, tradicionalista e mística. Eram suas as lições que as crianças aprendiam de cor, as que frequentavam as «aulas» da escola ou da Mocidade Portuguesa; enquanto as excluídas, pela pobreza até à extrema da fome, pela distância até à civilização, pela falta de luzes e de horizontes, depois, pela emigração forçada, pela guerra forçada, pela força da Pide, aprendiam antes a dura lição diferencial da vida. Em toda a arquitectónica, a ditadura obedece ao *risco* e à *cadência* que Salazar impôs, sob forma de textos com aparência jurídica que eram mais o produto caseiro do *Führerprinzip* (o que muitos juristas ainda hoje têm dificuldade em reconhecer, ao ponto de validarem expressões como «Estado de direito não-democrático») – como é o caso mais acabado da Constituição de 1933 pelo ditador ditada, entre outros, a Fézas Vital.

O traço e o ritmo *da* imposição da «autoridade» e da «ordem» tornaram-se assim cada dia mais perceptíveis no atropelo aos direitos, liberdades e garantias fundamentais, no esmagamento da cidadania e dos cidadãos, no combate selvático a partidos, sindicatos, igrejas organizações e opositores, erradicando para o degredo, as prisões e a morte sindicalistas, democratas, socialistas, comunistas, anarquistas, vítimas maiores duma repressão e duma violência também «diferencial» que actuava de acordo com o *grau* (de “perigosidade”, de organização), o *nível* (de habilitações literárias, profissão, conta bancária, nascimento) ou a *cota* (de visibilidade nacional ou internacional), o que explica, por exemplo, o assassinato do general Humberto Delgado. Caso este extraordinário, revelador da debilidade da Justiça em plena Democracia, incapaz de se rever nos princípios democráticos e de julgar o antigo professor Salazar, que, mesmo depois de morto, manteve intacta a influência de corredores, necessária e suficiente para ter sido *nunca pronunciado* por um único crime, como mandante, instigador, autor moral, cúmplice, ou co-réu.

Despenalizados ou omitidos officiosamente os crimes, o réu à revelia, não julgado, bem merecia (por exclusivo e compartilhado mérito) que lhe reconhecessem, contudo, tudo aquilo que foi, em cúmulo jurídico.

## V

O que passa por uma banalidade de base nos estudos culturais e historiográficos, ganha o estatuto da maior evidência no estudo da obra de Sílvio Lima: porque esta é ilegível senão for integrada numa hermenêutica que convoque a temporalidade da sua vida. Porque Sílvio Lima conheceu, consciente e existencialmente, na sua própria experiência de viver e de pensar, a *humana estupidez* que se sobrepôs, como velada instituição absurda, no seio da visibilidade universitária. Mas se toda a sociedade portuguesa experienciou (no sentido do neologismo sergiano que tomou seu) o flagelo obscurante, porque se redimiria o sistema universitário da intolerância, do autoritarismo e do acrítico seguidismo? O problema, mais complexo e gravoso, a um tempo, é que, como alguns outros professores, Sílvio Lima trabalhava *sobre* a inteligência e, mais do que muitos dos seus émulos, com *λεπτή ευφυΐα*, fina

inteligência, porque a queria livre e não predeterminada por revelações ou apriorismos injustificados ou estribada em simplistas bipartições escatológicas. Basta ler *O Amor místico*, para o confirmar. A *estupidez* era-lhe profissionalmente, diga-se assim, adversa, inibitória, impossibilitadora da *praxis* do pedagogo – e do ensaísta e do estudioso de filosofia e de psicologia. Era sinónimo de absurdo, de coisa «sem sentido», de *sílabas sem significado*<sup>18</sup>.

E uma coisa «sem sentido» foi movida em sua direcção de modo a nele impedir a assumpção crítica do sentido e dos sentidos. Esse foi o fio da abordagem que se propôs a uma corajosa e original obra – bem mais original do que alguns têm sugerido, como se tentou documentar e evidenciar a partir de muitas das suas páginas de estudos e ensaios sobre desporto, filosofia, pedagogia, psicologia, teoria do ensaio, teoria da história, fruto do metódico *labor intellectualis* de um universitário de Coimbra, *professor do espírito crítico* (como assinalou J. Ferreira da Silva) que manteve peculiar e inorgânica resistência intelectual aos ditames e enredos impostos pelo “César de Santa Comba”<sup>19</sup>. E se maior notoriedade não procurou, nem em sua vida teve, tal se deve à configuração – à *forma mentis* de que falava o seu mestre Joaquim de Carvalho – de uma personalidade discreta, avessa ao espectáculo e à ribalta, introspectiva, como o caminheiro das *Rêveries d’un promeneur solitaire*, de J.-J. Rousseau, de um «homem que fala com os seus botões» como chegou a escrever num jornal discretamente oposicionista, do Porto, *O Primeiro de Janeiro*, no qual foi colaborador pendular no ápice da mortandade mundial e do fratricídio europeu.

## VI

Há um aspecto particular que o investigador tem de relevar, e perdoe-se-lhe aqui escrever na 1.<sup>a</sup> pessoa. Honra-me sobremaneira, livremente da avaliação assente em critérios objectivos que foi feita dos resultados das minhas investigações, que a memória de Sílvio Lima tenha regressado à Universidade de Coimbra, onde por vezes proferiu discursos sobre colegas e amigos, como a Paulo Quintela (a quem evoco, primeiro mestre de teatro e poesia, sobretudo nas extraordinárias traduções de Nietzsche e Hölderlin); colegas e amigos que se encontravam alguns encarcerados no tempo e no espaço da estupidez, que por esta mesma Universidade, em nome da Verdade Absoluta ou da Ciência mais exacta, também passaram, quando não se instalaram. Honra por ter aqui analisado a obra de Sílvio Lima, um homem que «não vendeu a alma», como no outro lado do Atlântico, que em tempos quiméricos se pensou um riacho português, um dia escreveu Ivan Lins.

Sem desprimor para os ilustres membros das outras confrarias universitárias: honra-me, por último (e as gerações novas, se a História sobreviver nos currículos universitários, perceberão melhor o que escrevo) ter sido historiograficamente orientado no estudo por Fernando Catroga, que vem da nova linhagem que começa a ser saudavelmente antiga na casa das Letras, inaugurada pelo grande Joaquim de Carvalho, jardineiro da filosofia e da historiografia de jorna a jorna e de sol a sol; linhagem que passou pelo testemunho vivo e inquietante da obra e da vida de Sílvio Lima, professor experimental de (in)certezas ensaísticas inscritas no círculo da temporalidade mas que mais queria ver para além dela; que passou por Miguel Baptista Pereira, sábio inspirado, poeta da filosofia (como Victor Matos e Sá), eremita que viveu em Coimbra em plenos séculos XX e XXI e daqui fez o seu *Heimat* de uma

<sup>18</sup> Cf. LIMA, SÍLVIO, *O Problema da reconhecimento* (1928), OC, I, 252.

<sup>19</sup> *Idem*, Carta ao escritor Manuel Mendes, de 26-III-1965, transcrita por LUÍS REIS TORREAL, « Um homem humilde, mas livre na sua investigação ». Sílvio Lima e a sua correspondência no processo da PIDE/DGS» in *Estudos em homenagem a João Francisco Marques*, Porto, FLUP, vol. II, s. d. (2001), 485.

livre filosofia que não morre. Linhagem que passa, por essa Europa ainda de certo modo distante e *ex-cêntrica* (e em cada nova crise se percebe o seu carácter excêntrico) a partir da qual, e melhor do que ninguém, Eduardo Lourenço – duplo discípulo heterodoxo de Joaquim de Carvalho e de Sílvio Lima – interpretou na concetricidade paroquial e na genialidade poética na *Tabacaria* mesma do Poeta.

O que une toda esta gente, que foi e é grande, é a mesma persistente genealogia da liberdade, pão do espírito que os vários Santos Ofícios, religiosos ou laicos, dos séculos XVI, ou XVII, ou XX, lhe quiseram tirar, com o aplauso ou anuição daqueles burocratas que pouco ou nenhum apetite lhe tinham – à liberdade – apesar de se dizerem, alguns, doutos filósofos, historiadores, juristas, médicos, matemáticos (pois mentalmente necessitam de operar com a liberdade que a outros não reconhecem ou outorgam, sem a qual *obra nova* nenhuma nasce ou pode nascer, a não ser mimetizações e estilismos que a insinuem).

Sem essa genealogia da livre grandeza intelectual e pessoal, sem essa grandeza e espinosiana ética da liberdade que ama e vive na ontologia da mente, universidade alguma (que é ou deveria ser diversidade e universalidade, *polidiversidade*) faz sentido. Caso contrário, pelo bárbaro esquecimento, um professor, como qualquer, nada mais é do que um lenhador da milenar – mítica e frágil – árvore da sabedoria perdida na floresta. Na qual outros depois parecem descobrir clareiras ontológicas e o fogo da luz.

Foi isto apenas – e é imenso – o que Sílvio Lima procurou dizer aos recalcitrantes burocratas que eram seus pares, *funcionários* de um tempo de intolerância militante e de militância fanática. E é isto o que, escrevendo, faço, trazendo Sílvio Lima de novo ao convívio dos seus pares: nenhum professor o será se ignorar a livre fundação ontológica e o radical ético do seu mister. Foi este exercício de lembrar, e de lembrar não só *um esquecido* mas o esquecimento, de que falava Ricoeur<sup>20</sup>, a que lancei hesitantemente as mãos há alguns anos e cujo resultado hoje, sem hesitações, abraço.

## VII (Concluir sem fechar)

Depois de uma humilhante expulsão da Universidade, e uma reintegração que mais acentuaria a injustiça que sobre ele se exercia, dá-se a chegada dum colapso de saúde física e a conseqüente submersão num sentimento de profunda “solidão moral”<sup>21</sup>, arrastando “silenciosamente”, como confessa, em 1940, “uma infinita e indizível agonia moral”<sup>22</sup>, «crise moral» que mais se lhe revelou quanto mais mantinha a consciência de se encontrar enredado numa inextrincável, repressiva e depressiva “meada obscura”<sup>23</sup> e que se foi agudizando ao longo da vida. Mesmo depois da revolução de 25 de Abril ter aberto as portas da cidade proibida à emancipação cívica, e a torrentes luminosas de liberdade, Sílvio Lima manteve-se numa atitude de recato e longe das luzes dos poderes, que, ofuscando os iluminados, tanto o tinham reprimido, como recorda um jornalista, nos que seriam os últimos meses de vida do velho professor: “foram algumas tentativas de homenagens e honrarias de herói antifascista que o próprio sempre recusou, remetendo-se ao discreto e digno apagamento que sempre fora a sua postura”<sup>24</sup>. Apenas aceitou, em Dezembro de 1979, a oferta que a

---

<sup>20</sup> RICOEUR, PAUL, *A memória, a história, o esquecimento*, Campinas, UNICAMP, 2007, 54-55.

<sup>21</sup> LIMA, SÍLVIO, *Carta inédita a Mário de Figueiredo*, de 10-I-1950, in *Espólio do Doutor Mário de Figueiredo*, Reservados, BGUC, *Inventário*, doc.com o n.º 31, fl. 1.

<sup>22</sup> *Idem*, *Carta a Gonçalves Cerejeira*, s.d, 1940, em posse da Família Sílvio Lima.

<sup>23</sup> *Idem*, *Carta a Mário de Figueiredo*, de 10-I-1950, *cit.*, fl. 2.

<sup>24</sup> «Do martírio em Coimbra...», *Expresso*, n.º 1.025, de 20-VI-1992, suplemento *A Revista*, 30.

sua Faculdade lhe prestou entregando-lhe o volume LV da revista *Biblos* que continha a pequena miscelânea de estudos em sua homenagem; também a Sociedade Portuguesa de Psicologia deliberou em 1990 conceder-lhe o título de Membro Honorário, o que foi aceite. Em 1984, no dia 10 de Junho, na eucaristia de nós-mesmos, foi Sílvio Lima agraciado com a Ordem da Instrução Pública – mas nem se deslocou às cerimónias públicas para receber as insígnias.

O silêncio de escrita a que Sílvio Lima gradualmente se remeteu, raramente interrompido, nas décadas de 50 e de 60, é disso mesmo a prova, em contraste violento com as duas décadas que medeiam entre 1927 e os finais da década de 40, durante as quais manteve a “forja» acesa”<sup>25</sup> numa oficina de exuberante trabalho analítico, crítico e especulativo. Mas a “força da chama” que o animava na juventude<sup>26</sup> estava agora consumida por uma “indizível dor moral”. Estes foram os aspectos que lograram impedir que se manifestasse de forma ainda mais decisiva o brilhantismo intelectual de Sílvio Lima. Além do mais, a bipolarização do sistema de circulação de opinião, muito peculiar, que se instalou no espaço público durante mais de quatro décadas, no mundo dual aparentemente irreduzível da ditadura salazarista e do seu Estado Novo e da corajosa mas limitada oposição comunista, não permitia notoriedade para quem ousasse situar-se num outro plano, tal como Lima, Jorge de Sena, Casais Monteiro ou Eduardo Lourenço se situaram, cuja dificuldade topográfica decorria de ser um plano sobranceiro às duas coroas da moeda corrente do discurso intolerante da verdade absoluta. Resta acrescentar que para alguns dos instalados ou iniciados na burocracia académica nos escombros das universidades de Salazar, em nada conviria evocar o testemunho de um intelectual impoluto, que comeu o pão que o diabo do Estado Novo (e da hierarquia da Igreja) amassou, pagando com o preço duma arrastada e continuada exclusão administrativa o penhor da sua desassomburada coerência e da limpidez extrema das suas posições cívicas, políticas e, sobretudo, ideológicas.

Preço simbólico demasiado pesado, o arredar dos seus livros e dos estudantes (que também para ele eram as *pedras vivas* à maneira humanista de André de Gouveia que Sérgio reactualizou) e que não raras gerações reconheceram, naquela generosa admiração que apenas os mais novos conseguem exprimir, com o epíteto de *divino Sílvio*. Eram esses os signos do verdadeiro *amor intellectualis* que devolvia ao mundo dos discípulos e à *cidade dos livros* que habitava, desde muito novo, quando aos dezassete anos compunha quadras despreziosas sobre o seu labor no escritório e sobre o seu jornal diário de leitura, ou quando, mais tarde, nos primeiros ensaios filosóficos, compunha junto à “lareira de Descartes”. Era esse, o divino *logos* (não um *logos* divino nem divinatório, não uma *parabola*), integrado numa filosofia antropocrítica (Miguel Baptista Pereira) guiada pela autonomia e não pela heteronomia, pela imanência e não pela transcendência, pela revolução copernicana de Rousseau (no domínio da pedagogia) e de Kant (no campo ético da filosofia e da gnosiologia), da demopédia (Proudhon) de fundo e intenção republicana, laicizadora, emancipatória e cidadã, à qual a lição hegeliano-anteriana do *constructo* superador não era estranha, embora o fechamento numa filosofia sistémica e logicamente bloqueada o fosse. A *revelação* mágico-mística ficava de fora das suas preocupações intelectuais. Por isso, e por ser um “pecador universitário” nos termos em que a si próprio se definiu, os de uma humaníssima postura intelectual, haveria de pagar injusto e humilhante tributo aos novos inquisidores.

---

<sup>25</sup> LIMA, SÍLVIO, cf. o excerto final de carta de 16 de Outubro de 1978 transcrita por BARAHONA FERNANDES, H., “Revivendo um ensaio de Sílvio Lima decapitado pela censura – *O Amor Místico*”, *Biblos*, Revista da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, vol. LV, 1979, VIII.

<sup>26</sup> *Idem*, carta a Joaquim de Carvalho, de 16 de Janeiro de 1928. Espólio da Família J. de Carvalho.

Não, para Sílvio Lima o mundo era um “texto em aberto” (como escreveu em 1943) e por isso se compreende todo o seu largo esforço hermenêutico ao qual não faltaram reactualizações e releituras racionalistas que reformulassem o plano sempre revisto da viagem filosófica e da indagação psicológica do *Spiritus* para o qual acartou o aparato crítico-hermenêutico e o grande manancial filosófico instrumentalizado pelas escolas do idealismo alemão, mormente de Marburgo e de Baden, construídas em torno dum programa de salvaguarda das chamadas *ciências dos espírito* e, em particular, das *Kulturwissenschaften*, das *ciências histórico-culturais*. Com Rickert, Cohen e Dilthey, apreendeu a impossibilidade de transladação dos complexos conceptuais científico-naturais e do modelo empírico-matemático para o campo operatório das *ciências histórico-culturais*. Essa reactualização passava pela refutação do positivismo – no momento histórico em que na Europa, em nome das positivas *ciências*, inclusive, *in nomine Historiae*, se industrializava a depuração humana – e passava pela reactualização do programa neokantiano, como forma eficiente da dupla refutação do materialismo monista e das derivas do irracionalismo. Desenvolveu assim Sílvio Lima um eclecticismo filosófico no sentido filológico do termo, racionalmente executado a partir de Guyau, Claparède, Piaget, Freud, Adler, Husserl, Renouvier, Rickert, Dilthey (mas com algumas inferências a Max Müller ou a Nietzsche, por exemplo) ou – em proposição derradeira, na adopção de noemas do idioma heideggeriano (na aproximação a Max Scheler) e do seu léxico existencial da *temporalidade*, da finitude e da transitoriedade contingente, que leu de forma relativista (de Heraclito a Einstein, de Boutroux a Ortega y Gasset), refutando, por essa via, os fundamentalismos maniqueus que reduziam a nada o mais sagrado dos valores humanos: a própria vida.

Foi por esse «caminho da persuasão» que Sílvio Lima se encaminhou para a mente (na dupla asserção da mente sua como pensamento constituído livremente no *Spiritus*, na tradição do idealismo alemão, e a mente como *psychê* e psiquismo), caminho que nos aparece descrito no belo poema de Empédocles<sup>27</sup>,

*Não é dado acercarmo-nos à vista dos olhos  
Ou agarrá-la com as nossas mãos, que é a estrada principal  
de persuasão, que vai dar à mente dos homens*

Derradeira prova da rara persistência de princípios éticos e de atitude existencial na afirmação coerente de uma cidadania activa e crítica, numa época de difícil transição – entre os escombros da República, liquidada às mãos de uma convicção salvífica e devastadora, e a emergência do estado corporativo na sociedade «corporativa». Mas diga-se que a República significou, muito para além das vicissitudes do imediatismo mais directamente político, devorado pela sofreguidão do instante, um alfobre culturalmente potenciador e «mediador» do intenso clima de inquietação criativa e intelectual que possibilitaria o germe ou o desenvolvimento de quase todos os grandes momentos e movimentos do pensamento, das artes, das ideias e das escritas, que atravessariam, com que dificuldade imposta ou cerceada possibilidade depois, o século XX na sociedade portuguesa. Foi esse clima de liberdade intelectual que Sílvio Lima respirou na sua juventude e que ousou prosseguir ao longo da vida.

Como se sabe, a emergência da ditadura através da «via dos militares», primeiro e, depois, a injunção do salazarismo e do Estado Novo, permitiram a lenta, violenta, submersão da liberdade por uma “vaga de estupidificação colectiva” como a

---

<sup>27</sup> «A divindade», *Purificações*, frag. 133 Diels, *apud* ROCHA PEREIRA, MARIA HELENA DA, *op. cit.*, 208.

definiu Joaquim de Carvalho em 1933 (num texto cujo referente era mais o estado da ditadura do que o estado da Universidade), fundamento que se prolongaria em quatro décadas - não obstante, no marcelismo, ter chegado alguma distraída andorinha mas nunca a anunciada Primavera. A conjuntura social e política da sociedade portuguesa seria assinalada, sob o ponto de vista cultural e, especificamente, universitário e do ensino, pela imposição duma regra de silêncio e o atabafar de toda a rica produção cultural que a República potenciara. Não pelo voluntarista esforço de decretais ou porque a sua classe política tenha tido a plena consciência disso, mas porque um clima de revolucionária liberdade, sobretudo intelectual, varreu o país num poderoso movimento que passou pela livre deslocação da polaridade tradicional da cultura para as Universidades populares, para os grémios operários e sindicatos, para os novos jornais, para as revistas culturais (que produziram as experiências mais relevantes de todo o século XX) e para algumas escolas, para algumas cátedras, para a invasão da rua pela expectativa e a contestação social, no que tem de intelectualmente criativa e livre a abertura de renovadas fronteiras da apropriação, física e simbólica, do espaço público, apesar de selvaticamente reprimida essa apropriação pelo Estado republicano, incapaz de compreender as mobilizações de transformação que ele próprio postulava.

Esse movimento de europeização, a despeito da provinciana tacanhez com que a autodenominada vanguarda política actuou, permitiu que o diálogo possível com os ecos duma Europa que explodia em descobertas da mente e em novas teorias científicas, filosofias e artes, mais livremente se fizesse. Não era só o Modernismo que entrava pela tipografia de *Orpheu* ou pela mão de Sousa-Cardoso. Era a nova face da Modernidade europeia que chegava e aqui tinha porto de abrigo e condição dialogante: pelo menos, os julgados «de Rilhafoles» não foram enviados para Rilhafoles. O que não era pouco, na certa diagnose oitocentista de Herculano e Antero, que teria violenta reactualização *post* 1926, para um velho país habituado a excluir e à exclusão, como norma, e a depurar e à depuração, como prática social.

No que tem de contraditória a inicial experiência republicana, e no que tem ínsita a sua clara projecção colonial, a República traduz, sob o ponto de vista «ideológico», para utilizar a expressão consagrada pelo idealismo alemão (sobretudo por Hegel, conceito que não se nos oferece resistência usar *como utensílio* historiográfico), a expressão social e a aspiração cultural de uma certa forma de «consciência» europeia embora, esse o seu drama, sem «Europa», isto é, sem livro, sem escola, sem capital, sem operariado dignificado, sem consumo, com parcos horizontes materiais europeus. A obra de Sílvio Lima segue corajosamente um rumo republicano de descoberta do imprevisto *limes* da liberdade intelectual. Neste ponto, prolonga o sonho de uma República que não soube concretizar(-se) – ou que se converteu ela própria num inconsequente rito anticlerical e na eucaristia dominical dos novos templos, mas que ele levaria a cabo, até ao limite individual da sua coragem e até à, aparentemente, intransponível barreira do medo, montada institucionalmente por governos e conclaves, através de proibições, condenações, prisões, funcionários, patrões, professores também.

Ou, como no seu caso, pautada por exclusões e penitências de silêncio. Ao silêncio imposto respondeu Lima com os seus melhores textos, lembrando-se certamente daqueles tantos, como o grande António Vieira, que leram na lição da liberdade, o pão elementar e mais elevado do espírito, um bem em rigor que não começa, nem acaba. Ou se pratica, pela teoria nova, ou dela esquecida envilece o espírito.

Recebido para publicação em 12-03-16; aceito em 20-04-16